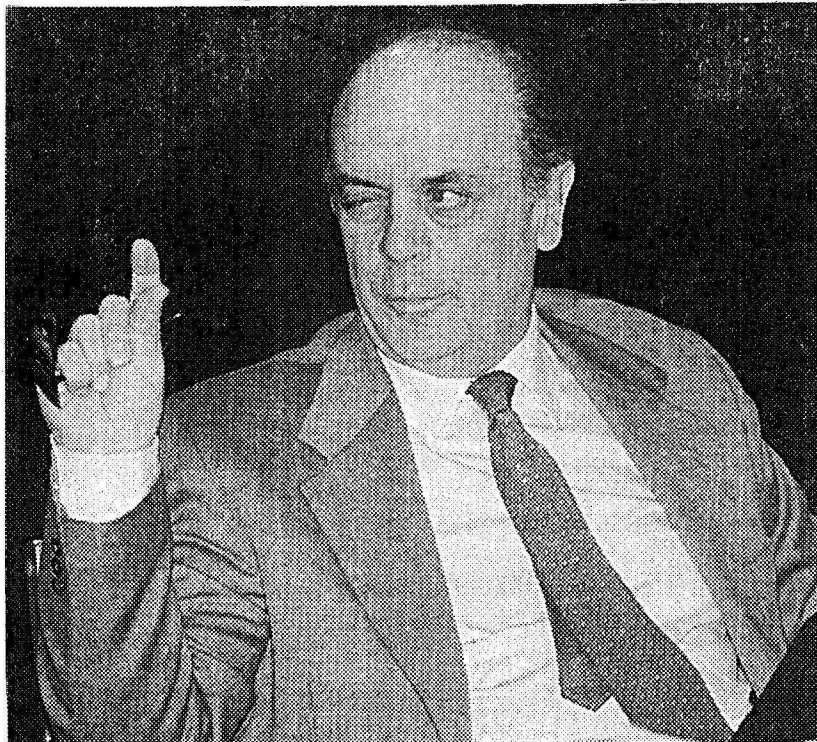


Senado aprova a toque de caixa rolagem da dívida de São Paulo

Brasília — Jamil Bittar



Serra justificou a pressa na votação que autorizou a emissão de títulos

■ Sessão tumultuada garante também a emissão de R\$ 70 milhões para Sergipe

ANGÉLICA WIEDERHECKER

BRASÍLIA — O Senado aprovou ontem, em sessão tumultuada, a emissão de R\$ 480 milhões em títulos de São Paulo e Sergipe destinados à rolagem de parcela da dívida dos dois estados. A controvérsia durante a votação dos dois pedidos foi, principalmente, pela sua tramitação em regime de urgência, que reduz o tempo de discussão das propostas. A restrição a tramitações a toque de caixa para projetos que tratem de emissão de títulos deverá fazer parte do relatório final da CPI dos Precatórios.

“Ou paramos para pensar agora ou logo estaremos fazendo outra CPI”, alertou o senador Pedro Simon (PMDB-RS). A aprovação em tempo reduzido desconsiderou nota da assessoria do Senado que alertava para a necessidade de exame mais cuidadoso das propostas.

O estado de São Paulo foi autorizado a emitir R\$ 410 milhões, o que corresponde a 98% da parcela da dívida mobiliária que vence hoje. Já Sergipe recebeu permissão para emitir R\$ 70 milhões em papéis que serão trocados pelos títulos de sua dívida cujo resgate está programado para o próximo dia 20.

Rolagem — Ao defender a tramitação em regime de urgência para as duas operações, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, José Serra (PSDB-SP), argumentou que a assinatura dos contratos dos estados com a União viabilizando o alongamento de suas dívidas em 30 anos depende da rolagem.

De acordo com técnicos do Tesouro Nacional, os dois estados ficariam impedidos de assinar seus contratos se não ocorresse a rolagem. Os contratos prevêem que ficarão de fora do acordo com a União os estados que estiverem inadimplentes.

A pressa na aprovação dos projetos foi duramente criticada, inclusive por senadores que votaram a favor das autorizações. O senador Esperidião Amin (PPB-SC), questionou a razão de o governador Mário Covas ter levado “tanto tempo” para enviar o pedido ao Banco Central, que se encarrega de remetê-lo ao Senado. O ofício do governo paulista comunicando o pedido de emissão teria chegado apenas no dia 18 de fevereiro, sendo que a proposta e o parecer do BC foram remetidos à CAE apenas no último dia 10.